

# INTRODUÇÃO: REPOSICIONANDO FEMINISMOS EM GÊNERO E DESENVOLVIMENTO

Andréa Cornwall<sup>1</sup>  
Elizabeth Harrison<sup>2</sup>  
Ann Whitehead<sup>3</sup>

## Resumo

O texto apresenta uma síntese das principais discussões realizadas durante o workshop ‘Mitos de gênero e fábulas feministas: reposicionando gênero em políticas e práticas de desenvolvimento’, promovido pelo IDS e Universidade de Sussex, onde o objetivo foi analisar as generalizações que agora fazem parte do uso geral do tema “gênero e desenvolvimento”, destituindo o conceito de sua intenção política. Sem dúvida, “gênero” tem se tornado uma “coisa” que todos sabem que devem fazer algo a respeito, mas, tem sido incluído em tudo como algo secundário, diluído, desnaturado e despolitizado. A partir dessa perspectiva crítica, analisam-se as diversas contribuições trazidas por mulheres que atuam como pensadoras feministas e como agentes de gênero e desenvolvimento a partir de diferentes posicionamentos

**Palavras-chave:** gênero. Desenvolvimento. Transversalidade. Pobreza.

## Abstract

The text presents a synthesis of the main discussions during the workshop ‘Myths of gender and feminist fables: repositioning gender in policies and practices of development’, promoted by IDS and Sussex University where the objective was to analyze the generalizations that now are part of the general use of the theme “gender and development”, destituting the concept of its political intention. Without doubt, “gender” has become “something” that all know they should do something about it, but, has been included in everything as something secondary, diluted, not natural, not political. Through a critical perspective the contributions of feminist thinkers and gender and development agents are viewed, in their different positions.

**Key Words:** Gender. Development. Transversality. Poverty.

---

<sup>1</sup> Andrea Cornwall é antropóloga social, professora de antropologia e desenvolvimento na School of Global Studies. Especializada em antropologia da democracia participação cidadã, participativa, pesquisa sobre gênero e sexualidade, o empoderamento das mulheres e dos direitos das mulheres. Diretora do Pathways Of Women's Empowerment Programme, através do Institute of Development Studies da University of Sussex.

<sup>2</sup> Elizabeth Harrison é professora em Antropologia Social (Antropologia) e pesquisadora na área de Estudos de Desenvolvimento (International Development).

<sup>3</sup> Ann Whitehead é professora de Antropologia e Desenvolvimento na Universidade de Sussex, Reino Unido. Colaborou com UNRISD para o projeto de mudança agrária, Gênero e Direitos da Terra (2000-2002), Ela tem escrito extensivamente sobre os efeitos da mudança econômica sobre as relações de gênero, especialmente com respeito a África sub-saariana.

## 1 INTRODUÇÃO<sup>4</sup>

Esta coletânea volta-se para a contestada relação entre feminismo e desenvolvimento e os desafios para reafirmar o compromisso do feminismo com desenvolvimento como projeto político. Essa discussão surgiu em um *workshop* no Instituto de Estudos de Desenvolvimento (*Institute of Development Studies – IDS*) na Universidade de Sussex, em julho de 2003<sup>5</sup>. Centrados em como re-posicionar gênero e desenvolvimento, os debates no *workshop* definiram a política do discurso como elemento-chave na transformação social. As participantes exploraram como – após as lutas iniciais para se desenvolver novos conceitos e linguagens que nos ajudassem a entender a posição das mulheres nas sociedades em desenvolvimento – os conceitos feministas foram imbuídos de novos sentidos, na medida em que foram apropriados nas práticas e políticas de desenvolvimento. As discussões se voltaram então para os “frutos ambíguos” dessas lutas e suas implicações para o compromisso feminista com desenvolvimento.

Um desses conceitos mais fundamentais, o de gênero, tem servido tanto como princípio organizador quanto como uma “palavra de ordem”. Pesquisadoras têm usado esse conceito para gerar novas ideias nas dimensões relacionais da intervenção planejada, até então ignoradas, tanto nas políticas como nas práticas do desenvolvimento. Ativistas e defensoras da perspectiva de gênero usaram-no para fundamentar um conjunto de demandas e para desafiar e reformular pressupostos.

No entanto, lições aprendidas em contextos específicos têm se transformado em *slogans* generalizantes: “as mulheres estão entre as mais pobres dos pobres”, “a mulher faz

---

<sup>4</sup> Nós incorremos em vários débitos na organização do workshop e desta coletânea. Julia Brown trabalhou incansavelmente para organizar o workshop e Jenny Edwards deu uma imensa contribuição para que o processo transcorresse sem problemas, desde contatos iniciais com as participantes da workshop até à coordenação desta coletânea. Nós somos extremamente gratas a elas duas por suas capacidades, atenção ao detalhe, pelo trabalho duro e compromisso, dos quais nos valemos por completo. Gostaríamos de agradecer também a Alison Norwood, pela sua tolerância e paciência para conosco, como Organizadoras. Muitos agradecimentos também para Dorte Thorsen e Emma Jones e ao time de alunas da Pós-Graduação do IDS e Sussex University, por sua colaboração na workshop, e a nossos colegas do IDS, especialmente do BRIDGE, e no Departamento de Antropologia da University of Sussex, pelo seu apoio.

<sup>5</sup> O workshop sobre “Mitos de gênero e fábulas feministas: reposicionando gênero em políticas e práticas de desenvolvimento”, foi organizado conjuntamente pelo Instituto de Estudos de Desenvolvimento e o Departamento de Antropologia na Universidade de Sussex. Foi financiado pelo DFID, Sida e o Ministério das Relações Exteriores da Suécia. Somos muito agradecidas a eles pelo apoio para a realização do workshop e pela produção deste Boletim do IDS. As concepções expressas nesta introdução são as das próprias autoras.

a maior parte do trabalho na agricultura africana”, “educar garotas conduz ao desenvolvimento econômico...”. Alguns desses *slogans* têm sido usados como cavalos de Tróia para abrir debates e defender posições. Outros têm se tornado pré-concepções popularizadas, usadas como chavões que emprestam notoriedade às políticas. Uns assumem o formato de fábulas feministas ou de contos didáticos, contados com intenções educativas. E outros ainda ganham o *status* de mito, histórias cuja força está na sua ressonância com convicções enraizadas (SOREL, 1941).<sup>6</sup> As mulheres aparecem nessas representações como vítimas abjetas<sup>7</sup>, como o sujeito passivo a ser salvo pelo desenvolvimento, ou como heroínas maravilhosas cujas virtudes e contribuições ao desenvolvimento precisam ser levadas em consideração.

De muitas formas, as generalizações que agora fazem parte do uso geral do tema “gênero e desenvolvimento” representam uma história de sucesso. Originadas nos discursos de uma minoria de profissionais politicamente motivadas para a mudança de gênero, elas são agora tomadas como certas e defendidas por pessoas que ocupam os mais diferentes lugares em diferentes agências de desenvolvimento. Porém, a real extensão das mudanças observadas nas vidas das mulheres não acompanha essa avalanche discursiva. Para muitas feministas que trabalham com gênero e desenvolvimento, torna-se óbvio que quanto mais as mulheres e a pobreza são equiparadas no discurso do desenvolvimento mais as mulheres experimentam a pobreza entrincheirada; quanto mais o *gênero* é transversalizado, menos encontramos políticas efetivas de equidade de gênero nos espaços e documentos principais de formulação de políticas. Representado para tecnocratas e governantes como instrumento, abordagem ou mecanismo para o desenvolvimento, gênero torna-se destituído de intenção política. Sem dúvida, a noção de *gênero* tem se tornado uma “coisa” que todos sabem que devem fazer algo a respeito, mas, tem sido incluído em tudo como algo secundário, diluído, desnaturado e despolitizado. Um burocrata resumiu: “quando se fala de ‘gênero’, todos suspiram”.

Por certo, não há falta de engajamento reflexivo nas pesquisas, escritos e ativismo em gênero e desenvolvimento (Kabeer, 1994; Goetz, 1997; Miller e Razavi, 1998). A

---

<sup>6</sup> George Sorel afirma que “mitos não são descrições de coisas, mas expressões de uma determinação de agir, [...] um mito não pode ser refutado, já que, na base, é idêntico às convicções de um grupo” (1941, p. 33).

<sup>7</sup> Ferguson (1999) usou o termo *abjeção* para descrever esse posicionamento com respeito à África e isto certamente ressoa significativamente com os conceitos de gênero sob escrutínio.

coletânea editada por Cecile Jackson e Ruth Pearson (1988), *Feminist Visions of Development*, por exemplo, refletiu criticamente sobre as mutantes ortodoxias e questões de posicionamento e representação. E existe uma literatura bastante desenvolvida e cada vez mais sofisticada sobre experiências de transversalização de gênero, como, por exemplo, McDonald (2003), Raí (2003) e Kabeer (2003). Mas, nosso objetivo em convocar o *workshop*, no qual esta coletânea se baseou, foi adentrarmos nesses debates com outro olhar, com o qual as narrativas de gênero e desenvolvimento acabaram se popularizando. Esta introdução se nutre desses debates do *workshop*, a fim de situar os artigos da coletânea em uma perspectiva mais ampla.<sup>8</sup>

## 2 PERSPECTIVAS E POSICIONAMENTOS

Gênero e desenvolvimento (GED) é um campo que agora abarca um corpo significativo de profissionais, ativistas, financiadores e acadêmicos. O *workshop* procurou identificar e trazer uma diversidade de vozes e perspectivas de todos esses segmentos. Convidamos pesquisadoras e profissionais da área, que têm contribuído para avanços políticos e conceituais importantes na análise e política de GED, para pensar sobre como seus próprios trabalhos têm sido transformados, quando questões sobre igualdade e justiça de gênero são, com sucesso, colocadas na agenda do desenvolvimento. Também convidamos um número de precursoras do *advocacy* de gênero nas organizações de desenvolvimento, pesquisadoras e profissionais comprometidas com a reflexão crítica das generalizações de gênero e suas implicações para políticas e práticas. Juntas, procuramos interrogar e entender como e com quais consequências determinadas ideias sobre gênero foram acolhidas pelas principais agências de desenvolvimento.

Os artigos desta coletânea refletem anos de esforços para alcançar justiça de gênero através das novas formas de trabalho empreendidas por instituições de desenvolvimento,

---

<sup>8</sup> Uma lista completa dos artigos apresentados no workshop, bem como a lista das participantes, pode ser encontrada no final desta coletânea. Uma edição especial do periódico está planejada, contendo uma seleção adicional dos artigos. Os resumos dos artigos do workshop estão disponíveis no site: [www.syanda.org](http://www.syanda.org) (Entre em 'gender myths' como palavra-chave na busca).

expõem também diferentes críticas a respeito de como gênero tem sido entendido, como as políticas têm sido implementadas, diferenciando-se alguns entendimentos pelo modo com o qual as instituições influenciam os resultados, assim como se apresentam visões diferentes em função das armadilhas do engajamento político.

Uma perspectiva inicial e amplamente compartilhada foi o reconhecimento do enorme abismo entre as aspirações feministas por mudanças sociais e os limitados, porém importantes, ganhos adquiridos. De fato, as desigualdades de gênero têm se mostrado muito mais profundas e a resistência das burocracias muito mais forte do que se antecipava. Muitas participantes compartilharam sua desilusão com o que se tornou *gênero* em desenvolvimento, bem como expuseram sentimentos de frustração em relação aos essencialismos e generalizações em voga e com as abordagens e *slogans* simplistas.

Nossas discussões revelaram níveis diferenciados de contestações em torno do que significam *gênero* e *desenvolvimento* o que *podariam* significar. Entretanto, ao invés de se tornar, como alguns temiam, um exercício em desconstrução das conquistas de Gênero e Desenvolvimento (GED), o *workshop* ajudou a reposicionarmos conquistas e a afiarmos nossas reflexões nas questões de estratégias e direcionamentos. Desse modo, trouxe à baila uma preocupação que compartilhamos: a de repolitizar o projeto feminista com o desenvolvimento, proporcionando, assim, em muitas de nós, um sentimento de energia e comprometimento renovados.

Esta coletânea está estruturada da seguinte forma. Os artigos da primeira parte exploram as origens e *status* de algumas ortodoxias de gênero que se tornaram parte do planejamento e *advocacy* de gênero e desenvolvimento. Alguns questionam axiomas específicos, localizando-os nas lutas pelo poder de interpretação que moldam os processos políticos e a política. Outros exploram como o campo das políticas tem sido construído de modo específico, em lugares específicos. A segunda parte focaliza mais diretamente as instituições de desenvolvimento. As autoras examinam os modos pelos quais diferentes construções do conceito de “gênero” têm fundamentado os objetos de desenvolvimento e estabelecido parâmetros para debates e intervenções. Falando a partir de diferentes posicionamentos, as autoras analisam as dimensões institucionais dos esforços no sentido da transformação das relações de gênero. Muitas observam mais de perto como esforços de

transversalização de gênero têm afetado o progresso no que diz respeito à qualidade das relações de gênero e ao poder da agenda de gênero nas instituições de desenvolvimento.

A lógica original que fundamentou o *workshop* voltava-se para os mitos e fábulas que emergiram das pesquisas e foram incorporados aos programas de desenvolvimento. Naquele estágio de organização do *workshop*, não refletimos muito sobre nossos próprios investimentos em determinadas maneiras de pensar gênero. Assim, as noções universais que então denominamos de “mitos de gênero” foram consideradas como parte do problema, ao invés de, como mais tarde reconheceríamos, ideias que, às vezes, mantemos como nossas favoritas e que têm nos ajudado a dar um sentido de direção a nosso trabalho, servindo ainda para representar nossas convicções como feministas engajadas no desenvolvimento.

Refletimos, então, sobre o poder mobilizador de um “bom mito” e sobre a utilidade de certas histórias, como meio de nos fortalecer e inspirar (Hirschmann,1967). Uma lição importante que emergiu do *workshop* foi a de que nossas lutas discursivas sobre os mitos, sobre as fábulas e “verdades” feministas têm sido parte constitutiva de um processo político de engajamento nas instituições, recursos e discursos que fazem o desenvolvimento.

Situando os “velhos” debates sobre os direitos das mulheres, empoderamento e desvantagem material em um novo quadro político, inscrito agora nas preocupações com direitos, cidadania e políticas de inclusão, as discussões do *workshop* transitaram entre as questões da prática situada e do posicionamento estratégico. Isto se reflete na Parte III, que re-posiciona o comprometimento feminista com desenvolvimento em um terreno mais amplo geopoliticamente, revelando algumas das lutas e conquistas, assim como, as novas ambivalências e incertezas do feminismo internacional atual. Essa seção toma a forma de breves comentários, refletindo algumas das apresentações nos painéis mais informais do *workshop*.

### **3 UM CONTESTADO ENGAJAMENTO COM A POLÍTICA**

Feministas trabalham para a transformação social e assim criam novos espaços. A influência de fóruns como o de DAWN (Development Alternatives with Women for a New Era)\* e AWID (Association for Women's Rights in Development)\*\* e de muitas redes internacionais de pesquisadoras e ativistas esteve muito em evidência no *workshop*. As contribuições trazem muitos exemplos de lutas críticas por vozes, representações e recursos através dessas formas de organização e espaço político. O projeto de transformação social também exige um envolvimento com o conteúdo e com os processos de política de desenvolvimento, pois, apesar do fracasso de muitos estados em alcançar a meta de 0.7% do *produto interno bruto* para o orçamento de ajuda externa, gastos em ajudas e empréstimos têm aumentado nos últimos 25 anos e, para muitos países pobres, isto, no momento, se constitui a maior fonte de receita do governo.

No engajamento com a política, muitas feministas têm buscado construir um lugar de novas ideias e objetivos em instituições, cuja organização, distribuição de recursos, cultura e relações de poder não são de sua própria criação. Muitos dos artigos nesta coletânea refletem sobre o complexo processo de fazer política, de construir relatórios variados e de se tornar um jogador nessas mesas poderosas de negociações.

Esses artigos denotam a percepção das autoras sobre as contradições que se esboçam na tentativa de provocar mudanças sociais mais radicais através do engajamento com aqueles que detêm poder e recursos nas arenas nacionais e internacionais. Esse ponto é levantado explicitamente por Islah Jad, ao examinar o apoio das agências multilaterais às organizações não-governamentais (ONGs) de mulheres árabes, no contexto da guerra de palavras, armas e recursos dos Estados Unidos e Reino Unido lançada contra determinadas nações árabes.

Esse apoio pode ser visto como parte de um projeto mais abrangente de suporte ao crescimento da democracia de baixo para cima, porém é também um possível sintoma de sua crescente dependência nos países ocidentais. Islah aceita que a proliferação de ONGs de mulheres árabes possa ter um papel a desempenhar: defendendo os direitos árabes na arena internacional, fornecendo serviços para certos grupos e desenvolvendo políticas e bases de informação. Entretanto, a referida autora alerta-nos quanto às expectativas de que

---

\* Alternativas de Desenvolvimento com Mulheres para uma Nova Era.

\*\* Associação pelos Direitos das Mulheres em Desenvolvimento.

isto necessariamente resultará em mudanças significativas ou mais profundas nas estruturas sociais.

Feministas engajadas com desenvolvimento em diferentes partes do mundo têm vivenciado experiências distintas, resultantes dos modos pelos quais as nações e regiões estão posicionadas material, política e discursivamente. Everjoice Win, numa forte acusação à indústria de desenvolvimento, aponta para o quão difícil é exercitar *agency*, sendo uma africana feminista, culta, fazendo *advocacy* de gênero, quando a única mulher africana retratada como tendo “voz” legítima é a mulher do povo, representada como perpetuamente “pobre, sem poder e grávida.” A mensagem de Everjoice é suavizada com humor, mas, junto à de Amina Mama, constitui um relato poderoso. Elas revelam as limitadas e alienadoras identidades sociais, políticas e de pesquisa disponíveis às mulheres africanas, num mundo dominado por discursos e instituições de desenvolvimento. Sentindo-se prestigiadas pela forma como são demandadas pelas iniciativas e agentes de desenvolvimento, mas, ao mesmo tempo, ignoradas, uma vez que são vistas através de estereótipos rígidos e distorcidos – seus relatos nos fazem lembrar da constante importância do posicionamento geopolítico.

Outros artigos trazem uma reflexão sobre as tensões entre representações de mulheres e as narrativas políticas preferidas. Nazneen Kanju e Carin Vijfhuizen mostram o quão árduo é dar voz às mensagens de políticas e pesquisas em contextos nacionais, nos quais a agenda da pobreza tem hegemonia. Focalizando, de modo semelhante, a diferença entre os achados das pesquisas e as prerrogativas das políticas, Sylvia Chant mapeia a diferença entre o que é sabido sobre lares comandados por mulheres e como estes aparecem como alvos em políticas de pobreza.

Ainda que esses artigos mantenham as políticas a certa distância, vários dão relatos detalhados de um comprometimento mais íntimo com as instituições de desenvolvimento. Dentre as participantes do *workshop*, várias refletiram sobre seu trabalho dentro de poderosas agências internacionais, por exemplo, no interior de agências de cooperação bilateral ou instituições apoiadas ou mantidas pela Organização das Nações Unidas (ONU), que se inter-relacionam com financiadores multilaterais. A descrição de Rosalind Eyben sobre como formulava suas estratégias enquanto burocrata do setor público para colocar o

*gênero* na agenda, enfatizando como a visão de fora pode facilmente perder as sutilezas do processo de formulação de políticas.

O artigo de Rosalind sugere, vividamente, a importância das batalhas cotidianas que feministas têm de travar contra os produtos de determinadas políticas, sejam eles cartilhas, pronunciamentos sobre políticas ou discursos ministeriais. Um tipo diferente de processo de engajamento foi descrito por Diane Elson durante o *workshop*. Refletindo sobre o modo pelo qual as economistas feministas progrediram no sentido de inserir o *gênero* em algumas correntes da análise econômica, esta pesquisadora argumentou que a apropriação do modo pelo qual a economia, como disciplina, utiliza fatos particulares, fornecendo-se, assim, fatos de *gênero* devidamente apropriados, foi importante para se fazer alianças com economistas mais progressistas e radicais.

A política de posicionamento institucional – ou seja, do tipo de instituição em que ou com a qual uma pessoa trabalha – é um tema recorrente em muitos artigos. O artigo de Hilary Standing usa essa questão como um de seus temas principais e discute a necessidade de entender os mandatos e atores das diferentes instituições de desenvolvimento, com a intenção de avaliar se eles devem permanecer como responsáveis pela implementação dos objetivos sociais transformadores do feminismo. Esta estudiosa ressalta que os objetivos da política dos ministérios governamentais estão centrados nos serviços que devem oferecer, tais como saúde e educação. O artigo de Hilary é um relato dos riscos da transversalidade de gênero descontextualizada e de cima para baixo. Ela apresenta uma questão clara: Por que esperarmos que ministérios setoriais sejam espaços para levar adiante os objetivos das políticas de transformação das relações de gênero? Ela sugere que muitas feministas permanecem ingênuas quanto à natureza dos processos das políticas e das mudanças institucionais. Certamente, uma abordagem mais linear na formulação de políticas tende a evidenciar as tentativas mais explícitas de mudanças nas políticas. Mas, mesmo assim, há também um amplo reconhecimento, como aponta Anne Marie Goetz (1997), de que o que os formuladores de política e burocratas de fato querem saber resume-se num entendimento bastante seletivo dos *insights* oferecidos por pesquisadoras feministas e defendidos pelas ativistas.

#### 4 SOLUÇÕES TÉCNICAS PARA PROBLEMAS POLÍTICOS?

Muitos dos artigos desta coletânea, como as discussões no *workshop*, estão preocupados com a questão levantada por Cecília Sardenberg: como “fazer gênero” se transformou em algo diferente de “fazer feminismo”? Um tema recorrente é aquele dos modos pelos quais um projeto político de gênero e desenvolvimento tem sido reduzido a um “kit” técnico, a exemplo do que afirma Maitrayee Mukhopadhyay, como algo que é a-histórico, apolítico e descontextualizado, o que “deixa as relações predominantes e desiguais de poder, intactas”. Então, de que maneira as essencialmente políticas – e ao mesmo tempo, profundamente pessoais – questões de gênero se tornaram técnicas e de uma maneira que estreita, ao invés de ampliar, o âmbito de transformação?”

Nos relatos de Hilary Standing, o deslize ocorre quando as agências financiadoras levam uma abordagem de cima para baixo para os seus parceiros e insistem na transversalização de gênero, na capacitação em gênero e nas metas de gênero, como demandas externas referentes a compromissos e credenciais de gênero. Standing argumenta que a intervenção de gênero associada a uma transversalização imposta de fora tem se tornado um bastão, com o qual se golpeia os burocratas do governo. Outra consequência das relações entre financiadores e governos nacionais é que as burocracias desses países estão trabalhando dentro de um espaço muito limitado, na medida em que os objetivos das políticas, os métodos de chegar até elas e as formas de oferecer seus produtos são conduzidas de fora para dentro – como bem ilustram, graficamente, as Avaliações de Pobreza e Estratégias de Redução de Pobreza.<sup>9</sup>

Quando o *gênero* é representado sob forma de abordagem, ferramentas, estrutura ou mecanismos, esses instrumentos se tornam um substituto para mudanças profundas em objetivos e resultados. O encaixe entre os mundos que eles descrevem e qualquer relação realmente existente entre mulheres e homens é frequentemente parcial. Isso emerge no poderoso relato de Prudence Woodford Berger, nos modos pelos quais leituras particulares de *gênero* vêm a formar parte das receitas de gênero de agências financiadoras, não importando quão pouco os ingredientes eurocêtricos se encaixem nas realidades de

---

<sup>9</sup> Para uma elaboração das questões de gênero nos PRSPs (Poverty Reduction Strategy Papers) e PÁS (Poverty Assessments), veja-se Lockwood e Whitehead (1999) e Whitehead (2003).

experiências vividas por homens e mulheres e seus relacionamentos em outros contextos culturais.

A profissionalização em gênero e desenvolvimento tem se tornado, como argumentaram várias participantes, um outro “kit” técnico, com uma relação cada vez mais frouxa com o feminismo. Conforme Everyjoice Win afirmou no workshop:

Em alguns casos, transversalização é quase colocada como o oposto do feminismo... Em alguns casos, alguns jovens vêm para este trabalho não tendo participado de análises [...] chegando para esse trabalho basicamente como tecnocratas. A eles pode ser dada a tarefa de “transversalizar gênero”, ainda que eles/as não tenham sido provenientes de movimentos feministas e nunca tenham estado engajados com políticas dessas questões. Neste caso, não se tem as ferramentas e o entendimento analítico de que gênero é proveniente do feminismo, e se diz constantemente que a organização não é uma organização feminista, mas uma organização de desenvolvimento, e a transversalização é vista como um fim em si mesmo, não político.

Muitas debatedoras observaram que, enquanto a profissionalização realmente afrouxou os laços com o feminismo, tem também fornecido sustento, trabalho e, de fato, identidade para as feministas. A necessidade de ter recursos para apoiar trabalhos e projetos progressistas exige uma certa aceitação dos objetivos e enquadramento daqueles que ‘seguram a alça da bolsa’. Assim mesmo, ainda é possível encontrar modos de trabalhar com gênero por caminhos que são congruentes com agendas de transformação social.

Os artigos, detalhando relatos de como as feministas têm trabalhado em lugares institucionais diferentes, contêm alguns indicadores de como isto pode ser realizado. Por exemplo, Maitrayee Mukhopadhyay e Ramya Subrahmanian descrevem as disjunções e dissonâncias que vem acompanhando a agenda da transversalização e a forma dada a ela em diferentes cenários. Mukhopadhyay indaga como é possível impor compromissos de equidade de gênero se as instituições não têm fomento para ampliar direitos ou justiça de gênero como objetivos. Retratando o exemplo instrutivo das políticas de gênero e educação na Austrália, Subrahmanian expõe que é necessário fazer as coisas “certas” em muitas arenas políticas diferentes, a fim de se criar um tipo de sinergia que possa contribuir para o sucesso de feministas, trabalhando dentro de burocracias governamentais.

Virando de cabeça para baixo a questão da eficácia do *advocacy* de gênero sem outras políticas de apoio, Jo Beall e Alison Todes argumentam que comprometimentos explícitos de gênero podem ter menos a oferecer no processo de mudança do que

defensoras de instrumentos, tais como, “planejamento de gênero”, possivelmente nos fazem acreditar. No caso por elas tratado, o fato de que as mulheres em Cato Manor, na África do Sul, tiveram uma longa e ativa história nas políticas comunitárias, foi o fator principal para assegurar que a equidade de gênero avançasse. Sem isso, um projeto técnico de transversalização de gênero teria feito pouca diferença. A análise das referidas autoras destaca a significância crítica, e muitas vezes negligenciada, de condições contextuais para uma prática transformadora de gênero.

Para retornar à contestada pergunta das “soluções técnicas”, está claro que o significado de gênero permanece disputado e se torna um objeto particular de contestação quando é aplicado e defendido dentro de burocracias. Trabalhando dentro delas, as feministas ficam constantemente frustradas quando se deparam com barreiras a qualquer exercício de poder. A aproximação com outras feministas nos âmbitos local, nacional e internacional torna-se vitalmente importantes. Avanços tecnológicos se traduzem em novas formas de conexões, desde comunicações rápidas e independentes com atores políticos locais, ao acesso ao conhecimento sobre movimentos e práticas em volta do globo. A diferença que isso tem trazido para o engajamento feminista, de dentro e fora das instituições de desenvolvimento, é significativa.

## **5 A LUTA PELO PODER INTERPRETATIVO**

A “estória” de gênero e desenvolvimento em agências financiadoras toma sua forma a partir do constante re-empacotamento de ideias, o que produz uma reafirmação constante de axiomas-chaves, disfarçados sob novos termos, desde “redução da pobreza” e “empoderamento”, a “direitos”, “exclusão” e “cidadania”. Nesse processo, alguns aspectos da agenda de gênero são privilegiados e outros descartados, na medida em que os significados dissonantes são empurrados para fora da nova moldura. Dependendo dessa moldura, projetos idênticos podem ter prospectos distintivamente diferentes. Sem dúvida, subordinar o poder discursivo de certos termos pode fornecer alavancas para desobstruir o

espaço das políticas, mas também limita o que é possível, já que esses termos também definem domínios de discurso que têm suas próprias fronteiras.

Um número de artigos examina os aspectos discursivos de narrativas feministas sobre desenvolvimento de forma direta. Os “fatos estilizados”, as estórias e as imagens que têm sido usadas no fazer de “Gênero e Desenvolvimento” fizeram bastante. Eles facilitaram a captação de recursos, a produção de novos espaços para políticas e a criação de um bloco de profissionais e de um corpo de organizações de vários tipos, cujo trabalho é lidar com assuntos de gênero. Nesses contextos, os mitos de gênero são consequências de negociação e contestação – como Maxine Molyneux colocou no *workshop*, eles são “parte de uma luta pelo poder interpretativo”.

A análise de Rosalind Eyben de como as imagens e ideias sobre as mulheres foram usadas por uma série de livretos produzidos pela Administração de Desenvolvimento Estrangeiro do Governo do Reino Unido (agora, Departamento para o Desenvolvimento Internacional - Department for International Development-DFID) revela como essa “luta pelo poder interpretativo” funciona no contexto de uma ampla burocracia do campo da ajuda internacional. Refletindo sobre essa experiência no *workshop*, Eyben destacou não somente os usos estratégicos dos mitos, mas também os movimentos táticos feitos pelo *advocacy* de gênero nessas organizações, na intenção de ganhar espaço e empurrar as fronteiras do que era aceitável:

Em alguns mitos nós acreditávamos na época, outros foram incluídos porque agradaram os gestores, alguns foram instrumentais, outros, constrangedores, alguns não poderíamos tê-los colocado antes, pois não tínhamos poder...

Outras autoras destacam a importância dos mitos para a obtenção de recursos para as mulheres e os riscos potenciais de abandoná-los para representar uma realidade muito mais complexa. Como sugere Sylvia Chant, a difundida representação de famílias chefiadas por mulheres como as “mais pobres entre as pobres” consegue produzir uma estratégia que permite unir cada mulher *per se* com a pobreza. As implicações desse fato têm sido efetivamente exploradas por Cecile Jackson (1996). Nessa perspectiva, torna-se quase impossível imaginar sob quais condições famílias chefiadas por mulheres conseguiriam prosperar, sem falar naquelas em que as mulheres se libertariam de seus companheiros por escolha própria. Assim mesmo, observa Chant que, até certo ponto, colocar mulheres e

pobreza na mesma esfera de discurso tem trazido resultados positivos, já que tem possibilitado a algumas mulheres ter maior acesso a recursos.

Contudo, os artigos aqui contidos também trazem exemplos não tão positivos, ressaltando a necessidade de precaução no caso da instrumentalização e dos benefícios contraditórios, resultantes do alinhamento com as estruturas discursivas dominantes do desenvolvimento. São muitos os perigos quando se perde a luta pelo poder interpretativo, e a criação de mitos e estereótipos torna-se então o modo através do qual as relações (engrenadas, forjadas, constituídas) “gendradas” de poder são reproduzidas.

Este é um ponto levantado por Rekha Pappu, em sua análise do discurso de educação no contexto indiano. Conforme Pappu demonstra, a educação pode não ser sempre um bem, como é frequentemente propagado. De fato, sem uma análise crítica do conteúdo e das implicações hierarquizantes do processo educativo, a própria educação pode tanto reforçar estereótipos como limitar oportunidades. Everyjoice Win demonstra como a posição discursiva que representa as mulheres africanas como perpetuamente “pobres, sem poder e grávidas” funciona de maneira a torná-las vítimas analfabetas dos sistemas nacionais de distribuição de renda, pondo-as em uma condição de desvantagem e situando-as numa posição tão abjeta, da qual somente os esforços do desenvolvimento podem salvá-las. Essa posição discursiva retrata as mulheres como deficientes na sua capacidade de diligenciar e, em tamanho déficit político e econômico, que elas jamais seriam capazes de se colocar em posição de tomar iniciativa própria e fazer reivindicações. Esse tipo de descrição do “desempoderamento” feita por gente de fora serve apenas para reforçar a situação.

As participantes do *workshop* estavam bastante conscientes de que a luta por significado tem ocorrido em um cenário de discurso constantemente em mutação. Alguns dos mais contestados terrenos de discurso, no discurso atual do desenvolvimento, versam sobre noções de “empoderamento”. Uma vez que as conotações das ações coletivas e das agendas transformadoras mais radicais são mudadas a favor da noção mais aceitável de transversalização, o “empoderamento” passa a traduzir “mulher como indivíduo, ganhando um pouco mais de dinheiro”. Sem dúvida, o mito da autonomia econômica feminina é um dos mitos que muitas de nós não gostaríamos de ver questionado.

Mesmo assim, Srilatha e Deepa Dhanraj mostraram a dificuldade da convergência entre certos modos de pensar e atuar em gênero e as difundidas escolhas políticas neoliberais, que se centram em capacitar as mulheres para ter seu próprio dinheiro. Elas tomam o exemplo de grupos de auto-ajuda na Índia, favorecidos por sua associação com o “empoderamento”, e sugerem que eles podem não somente ter aprofundado o estado de miséria de mulheres mais pobres, como também desviado suas energias para longe de outras formas de engajamento – o político, em especial.

Uma lição adicional desses artigos e do *workshop* refere-se ao fato de que a luta por poder interpretativo não é simplesmente uma luta contra ou a favor, é também uma luta por dentro. Por isso, entendemos que os mitos, histórias e fábulas que nós próprias construímos são parte de um trabalho discursivo que fazemos para dar sentido ao mundo. Os discursos não são simplesmente táticos, mas poderosas formas de interpretação tanto para nós mesmas como para os outros. Eles nos possibilitam agir. Se descartamos a noção dos interesses em favor de uma linguagem de direitos e cidadania, ou deslocarmos a linguagem do conflito para a linguagem das trocas, isto seria somente, ou até fundamentalmente, uma resposta oportunista? Será que vislumbraremos um espaço de potencial discursivo que nos abrirá as portas para recursos ou nos colocará nas mesas de negociação com os poderosos e o adotamos especialmente por essas razões? Acreditamos que não. Adotamos linguagens diferentes daquelas em que comumente explicamos os caminhos para a justiça e igualdade de gênero para nós mesmas porque aprendemos a fazê-lo através da experiência. O que certos mitos de gênero, fábulas feministas e fatos estilizados podem ou não fazer tem se tornado muito mais claro através do complexo de sucessos e fracassos dos feminismos nos últimos 20 anos. Inevitavelmente, a história desse período é também uma história de debates, disputas e diálogos dentro do feminismo e entre as feministas. Nós substituímos e trocamos nosso discurso e análise em resposta a essa história.

## **6- FEMINISMO INTERNACIONAL EM ÉPOCAS DE CONFLITO**

O GED se originou em uma era particular do pensamento feminista que estava embutido na política da época. Por isso, revisitar as agendas feministas e sua relação com desenvolvimento requer não somente fazer um balanço do que aconteceu com *gênero* em desenvolvimento, mas também uma visão mais ampla sobre o muito transformado cenário global. Com efeito, as novas relações globais inspiram muitos dos artigos. No Brasil, Cecília Sardenberg considera a atual situação do *gênero* em desenvolvimento como ‘uma perversa a combinação dos processos de globalização, reestruturação produtiva e o avanço em larga escala do neoliberalismo’, o que está ampliando as desigualdades econômicas e sociais entre homens e mulheres, assim como entre as raças, classes e gerações.

O artigo de Amina Mama (2004) descreve as difíceis condições nas quais as feministas trabalham gênero em universidades da África, que operam com recursos abaixo da média.<sup>10</sup> A piora das condições de vida cotidiana das mulheres é o tema principal do comentário de Ruth Pearson. Ela situa os debates atuais do GED sobre a relação entre “empoderamento” e trabalho para mulheres dentro de um contexto histórico em que se teoriza essa relação e em um contexto empírico no qual “ser explorada pelo capital é o destino de praticamente todas as mulheres na atual economia global”. Argumentando que aumentos salariais, por si só, não farão mulheres nem menos pobres, nem mais poderosas, Pearson reivindica renda mínima, regulamentação trabalhista e política social adequada como as principais demandas feministas aos governos, que deveriam destinar mais recursos aos serviços sociais básicos e reconhecer as responsabilidades reprodutivas das mulheres.

Em todos os comentários da última sessão – e mesmo durante todo o *workshop* – esteve presente uma preocupação renovada com a tripla localização dos feminismos: internacional, nacional e local. O “Desenvolvimento” e os atores do desenvolvimento são meramente uma parte desse amplo cenário. Os significados que o feminismo tem assumido em diferentes localidades são bastante diversos e situados em histórias e lutas particulares. Essa diversidade é algo potencialmente divisor e tem sido uma fonte de constante tensão entre feministas que trabalham ao nível internacional numa gama de organizações diferentemente situadas em termos políticos e feministas diferentemente situadas internacional, regional e nacionalmente.

---

<sup>10</sup> Isto é discutido mais amplamente em Mama (2004).

Conforme o *workshop* se desenrolava, tornou-se cada vez mais claro que reposicionar gênero em desenvolvimento não era simplesmente uma questão de se repensar o que é gênero, ou de se encontrar novas maneiras de engajamento com instituições de desenvolvimento. Mais urgente era a necessidade de explorar uma resposta feminista para o turvo clima político internacional do novo milênio, que pudesse tanto respeitar como resolver as diferenças. As reflexões de Deniz Kandiyoti, em seu trabalho no Afeganistão pós-talibã, ilustram justamente o quão estreito pode ser o espaço político para o trabalho de solidariedade no feminismo internacional, revelando a necessidade de respostas altamente matizadas e contextualizadas para se apoiar mulheres ativistas nos âmbitos nacionais e locais. O contexto geopolítico que ela identifica é o das novas políticas de democratização armada e de troca de regimes dentro dos chamados Estados falidos – aqueles que estão destruídos pela guerra, com falta de governança e cujas economias e políticas estão baseadas no comércio ilegal de drogas, armas ou mercadorias de alto valor.

Junto a Islah Jad e Anne Marie Goetz, Kandiyoti questiona os efeitos da “tríade”, boa governança, democratização e direitos das mulheres, no âmago das políticas de desenvolvimento internacional, para os novos regimes dominados pelos Estados Unidos. Enfatizando que as perspectivas para as mulheres afegãs dependem dos resultados, ao nível nacional, de lutas referentes aos direitos constitucionais e de cidadania, Kandiyoti sugere que as ativistas podem terminar derrotadas, devido a um crescente abismo entre os discursos nas redes feministas internacionais, as políticas ao nível nacional e os modos pelos quais as relações de gênero – que estão embutidas em camadas complexas de determinação cultural e histórica – estão sendo manipuladas no cotidiano.

A tarefa urgente que se coloca para as feministas de gênero e desenvolvimento é encontrar uma “política apropriada de solidariedade” (KANDIYOTI), quando “forças conservadoras estão construindo alianças e têm estratégias mais eficazes” (MOLYNEUX). Repetindo temas levantados no artigo de Srilatha Batliwala e Deepa Dhanraj, Anne Marie Goetz e Maxine Molyneux refletem sobre o problemático estado do feminismo no contexto do ressurgimento de ideologias, meta-narrativas e do exercício de poder vindos da direita. Elas afirmam o valor dos feminismos no atual clima político, sugerindo que as excessivas auto-críticas sobre o valor do feminismo como ideologia, visão e forma de organização podem estar extraviando uma energia vital. Goetz nos lembra que muitos feminismos “têm

tido uma visão moral para além das iniquidades de gênero” e sugere a necessidade de renovar “alternativas sociais imaginadas” a partir das formas de organização feminista autônomas.

Goetz e Molyneux colocam em primeiro plano o Estado como o principal lugar confiável para se encaminhar projetos de justiça social de longo prazo, um tema presente em grande parte dos artigos no *workshop*. Os artigos de Maitrayee Mukhopadhyay e Nandinee Bandopadhyay trazem estudos de casos detalhados do engajamento feminista com o estado local. Mukhopadhyay descreve como a unidade de gênero de uma organização financiadora trabalhou junto às organizações de mulheres da sociedade civil, que estavam questionando concepções dominantes tanto de direitos das mulheres como de direitos em geral. A coalizão de trabalhadoras do sexo indianas, descrita por Bandopadhyay, teve sucesso no sentido de enfraquecer os estereótipos profundamente enraizados sobre trabalho sexual e tráfico, de uma forma nova e desafiadora.

Uma dimensão importante que vem crescendo é a extensão de solidariedade entre os movimentos autônomos de mulheres, que pode ser proporcionada através da comunicação e conexões crescentes, principalmente através da Internet.<sup>11</sup> Porém, de que maneira e com que grau de sucesso as mulheres organizadas podem fazer reivindicações ao Estado será diferente para os diferentes feminismos locais. Uma variável particularmente importante aqui é qual espaço sobra para decisões soberanas depois dos efeitos da “democratização” impingida pelas armas ou por uma intensa dependência na ajuda externa?

## 7 SOLIDARIEDADE ATRAVÉS DA DIFERENÇA

O engajamento feminista com o desenvolvimento tem exigido a adoção de “simplificações”, a fim de se fazer alianças estratégicas e algumas transgressões na intensa arena política de elaboração de políticas. Esse curso requer vigilância e luta para evitar que as mulheres sejam representadas como vítimas de papelão ou heroínas, e para manter os discursos abertos o suficiente para capturar as nuances, ambiguidades e complexidades nas

---

<sup>11</sup> Amina Mama comentou vigorosamente no workshop sobre iniquidades regionais no acesso à internet e hipótese errônea de que a maioria das acadêmicas e ativistas africanas agora tem um bom acesso.

vidas reais dessas mulheres e nas suas escolhas. Como argumenta Prudence Woodford Berger, os tipos de alianças que precisamos agora são aquelas baseadas em torno de uma política de identificação, ao invés dos frequentemente inúteis estereótipos de oposição, que têm sido o material de muitas das elaborações dos mitos de gênero. As alianças são sempre realizadas com algum custo, porque são feitas com aqueles que compartilham alguns, porém não todos, dos nossos objetivos políticos.

Embora todas as participantes do *workshop* tenham concordado com a necessidade de tais alianças, foi infinitamente muito mais difícil concordarem em relação ao ponto no qual o comprometimento se transforma em derrota.

Quando “alguns custos” realmente se tornam altos demais? O artigo de Maxine Molyneux aponta para vários comentários sugestivos de que a agenda transformadora tem sido ‘neutralizada’, para não dizer ‘cortada’, não por causa da tecnificação ou burocratização, mas “por uma posição teórica que vê a sua integração dentro de estados e instituições existentes como um abandono dos objetivos mais amplos, “críticos” e, pelo menos, implicitamente revolucionários da segunda onda do feminismo” (MOLYNEUX, 2012).

Essa visão não esteve muito em evidência no *workshop*, onde as participantes admitiam que estavam tendendo mais para uma história predominantemente influenciada pelo Reino Unido, que centraliza um número de instituições [de desenvolvimento] importantes. Ainda assim, a relação entre GED e feminismo permaneceu contestada.

As opiniões variaram, desde a reflexão de Ruth Pearson de que “talvez já esteja na hora de desenterrar o feminismo de GED”, até a sugestão de Marjorie Mbiliny de que isto acarreta discutir sobre re-politizar o feminismo. A observação de Cecília Sardenberg de que “fazer gênero” veio para representar algo seguro, algo diferente do “fazer feminismo”, pois, se “falamos de feminismo, estamos falando de política.” Se as participantes diferiram quanto à apropriação de gênero e desenvolvimento, elas convergem ao compreenderem gênero como pertencente ao domínio feminista e ao sinalizar a importância de continuar a comprometer-se com políticas, respondendo ‘não’ ao questionamento de Ruth Pearson: estamos renegando essa filha desobediente, que criamos, porque não gostamos de sua companhia?

Certamente, esse compromisso é muito maior do que simplesmente uma luta por poder interpretativo. A forma e conteúdo da política devem sempre se manter abertos e isso também envolve debate, diálogo e disputa. Isto ficou particularmente evidente na avaliação da *workshop*, quanto ao crescimento de abordagens baseadas em direitos a partir de uma perspectiva feminista, que viu esse desenvolvimento de uma forma muito diferente.

O comentário de Dzodzi Tsikata registra seu profundo receio em relação à adoção da linguagem de direitos pelas agências da ONU e financiadores internacionais. Ela observou duas coincidências: primeiro, é interessante ver que as exigências, por parte das agências internacionais, de que os governos do Sul garantam mais direitos aos seus cidadãos coincidem com o fomento de políticas econômicas que restringem o acesso a serviços básicos; e, segundo, essas exigências têm sido feitas ao mesmo tempo em que os governos dos EUA e Reino Unido, ao adotarem a chamada “guerra ao terror”, rejeitam suas responsabilidades com o direito internacional, desgastando até mesmo os direitos civis e políticos de seus próprios cidadãos e de algumas mulheres.

Sem entender a importância que a abordagem e o discurso dos direitos possam ter para feministas, ela sugere que há pouca razão para acreditar que as abordagens de direitos, vindas de cima para baixo, possam nos trazer maior justiça de gênero do que as abordagens anteriores, de cima para baixo, especialmente, dada a grande dificuldade que a maioria das mulheres tem para acessar qualquer forma de justiça, sob qualquer condição.

Outras participantes observaram que, atualmente, os enfoques baseados nos direitos, na maioria das vezes, servem aos poderosos, preocupando-se também com o fato de que o discurso dos direitos tem suas origens no individualismo ocidental. Para outras, entretanto, as abordagens baseadas em direitos representam um avanço considerável. Como argumenta MAITRAYEE, falar sobre direitos privilegia as identidades das mulheres como cidadãs, ao invés de simplesmente como mães, esposas e filhas (LISTER; MEER; SERVER, 2003). A linguagem dos direitos reivindica espaço público para as mulheres. Afinal de contas, como nos lembra Maxine, os movimentos de mulheres, em muitos países, têm usado os instrumentos de direitos humanos como base para suas lutas, contrariando uma “versão utilitária escassa de direitos”, com uma ética mais abrangente de justiça sócio-econômica, que fornece uma nova normativa e estrutura analítica para lutar contra as discriminações e injustiças. Para Everjoyce Win, o discurso sobre direitos requer uma alteração crítica que

‘nos veria movendo além da nossa favorita mulher africana, para um entrosamento estratégico com aquelas outras mulheres, as quais não somente necessitam de suporte, mas podem se tornar aliadas estratégicas e líderes em desenvolvimento. Todavia, é lógico, isso requer que as relações de poder entre as mulheres do Norte e as mulheres africanas também se alterem drasticamente’ (Win, nesta coletânea).

Para esses compromissos estratégicos, novas formas de parceria são necessárias, mas que sejam sensíveis às diferenças que nos dividem e aos perigos das polaridades que o “desenvolvimento” constrói. O *workshop* uniu mulheres que atuam como pensadoras feministas e como agentes de gênero e desenvolvimento a partir de diferentes posicionamentos. Essas diferenças, que têm sido e são um campo fértil de divisão e conflito, emergiram no *workshop* como debate e dissidência. Refletir, a partir de diferentes perspectivas, sobre uma história problemática, nos deu um sentido crescente das possibilidades de se trabalhar para uma política de solidariedade apropriada e por caminhos que respeitem as diferenças.

Para isso, como discorre Amina Mama, precisamos fomentar as “redes independentes de trabalho e estratégias intelectuais que nos possibilitem continuamente desafiar e criticar as políticas, mas também fornecer visões alternativas e ideias de como fazer melhor” (MAMA, nesta coletânea). De fato, somente através da busca de novos caminhos para trabalhar com as diferenças, expandindo as possibilidades de construção de formas de solidariedade mais apropriadas para se criar novas alianças de influência e ação, que minimizem velhos divisores, que o engajamento feminista com o desenvolvimento poderá começar a enfrentar alguns dos formidáveis desafios que todas nós agora enfrentamos.

## REFERÊNCIAS

- FERGUSON, J. *Expectations of Modernity: myths and meanings of life on the Zambian Copperbelt*. Berkeley: University of California Press, 1999.
- GOETZ, A. M. *Getting Institutions Right for Women in Development*. London: Zed Books, 1997.

HIRSCHMAN, A. *Development Projects Observed*. Washington, D.C: Brookings Institution, 1967.

JACKSON, C. Rescuing gender from poverty trap, *World Development*, v. 24. n.3. 489-504, 1996.

JACKSON, C.; PEARSON, R. (ed.) (1998). *Feminist Visions of Development: Gender Analysis and Policy*. London: Routledge.

KABEER, N. *Gender Mainstreaming in poverty Eradication and the Millennium development Goals: a handbook for Policy-makers and Other Stakeholders*. London: Commonwealth Secretariat and International Development Research Institute (IDRC), 2003.

KABEER, N. *Reversed realities: Gender Hierarchies in Development Thought*. London: Verso, 1994.

LISTER, R. *Citizenship: Feminist perspectives*, Houdmills. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2003.

LOCKWOOD, M.; WHITEHEAD, A. *Gender in World Bank's Poverty Assessments: Six Case Studies from Sub-Saharan Africa*; Geneva: United nations Research Institute for Social Development (UNRISD), 1999.

MACDONALD, M. *Gender equality and Mainstreaming in the policy and practice of the UK Department for International Development (DFID): a briefing from the UK Gender and Development Network*. London: UK Gender and Development Network, 2003.

MAMA, A. *Critical Capacities: facing the challenges of intellectual development in Africa*. Inaugural address Prince Claus Chair in Development and Equity, The Hague: Institute of social studies, 2004.

MEER, S.; SEVER, C. *Gender and citizenship: overview report, gender and Citizenship Cutting edge Pack*. Brighton: BRIDGE Institute of Development Studies, 2003.

MILLER, C.; RAZAVI, S. (ed.). *Missionaries and Mandarins: Feminist Engagement with development Institutions*. London: Intermediate Technology Publications in association with United Nations Research Institute for Social Development (UNRISD), 1998.

RAI, S. *Mainstreaming gender, Democratizing the state? Institutional Mechanisms for the Advancement of Women*. Manchester University Press, 2003.

SOREL, G. *Reflections on Violence*. New York: Peter Smith, 1941.

WHITEHEAD, A. *Falling women, sustaining poverty: gender in Poverty reduction Strategy Papers*. Report for UK Gender and Development Network. London: Christian Aid, 2003.